

DESPACHO

À DILIC,

Prezados(as), boa tarde!

Em análise ao Despacho nº 8529404, seguem os esclarecimentos em relação à impugnação apresentada pela empresa OI (8529400):

"No entanto, devido às especificidades e complexidades técnicas envolvidas no objeto desta licitação, identificamos a necessidade de recorrer à subcontratação do serviço de telefonia em nuvem (PABX Virtual). Essa subcontratação será fundamental para garantir a eficiência e qualidade na execução do projeto, bem como o cumprimento de prazos estabelecidos.

.....

Diante do exposto, solicitamos encarecidamente a sua autorização para a subcontratação dos serviços mencionados, a fim de que possamos atender plenamente às exigências do edital, contribuindo para o sucesso deste processo licitatório."

Resposta:

Esclarecemos que o Edital, ao definir as condições de participação, busca atrair empresas com expertise e capacidade técnica comprovada para executar o objeto principal do contrato. Ademais, há a previsão de subcontratação nos demais itens, sendo esses itens acessórios da contratação, no qual há claramente o ganho de efetividade.

A restrição à subcontratação pretendida busca reduzir os possíveis riscos que a Administração poderia sofrer, tais como:

- Perda de controle: A Administração pode perder o controle sobre a eficiência, qualidade da prestação do serviço e a segurança da informação;;
- Dificuldade de planejamento: A terceirização pode dificultar o planejamento estratégico, coordenação das ações, além dos impactos operacionais, trazendo prejuízos significativos nos serviços prestados;
- Aumento de custos: A terceirização pode gerar custos adicionais, como os de fiscalização e controle.
- Precarização do trabalho: Considerando que o serviço a ser contratado é essencial e de suma importância para Administração, a terceirização pode levar a precarização das condições de trabalho dos integrantes da instituição;
- Problemas de compatibilidade.

Por fim, entendemos que a restrição imposta pelo Edital não impede a ampla concorrência, pois permite a participação de empresas que atendam aos requisitos técnicos e de qualificação para execução do objeto principal, visando proteger o interesse público, assegurando a qualidade da contratação e a seleção da proposta mais vantajosa para Administração Pública.

Atenciosamente,

Belo Horizonte - MG, 14 de janeiro de 2025

Vanessa Coelho de Oliveira



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA COELHO DE OLIVEIRA, OFICIAL DO MINIST. PÚBLICO - QP**, em 14/01/2025, às 16:01, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **8529993** e o código CRC **0D18D50E**.

Processo SEI: 19.16.1216.0010930/2024-39 / Documento SEI: 8529993

Gerado por: PGJMG/PGJAA/STI/DRBD

AVENIDA ÁLVARES CABRAL, 1740 ANDAR: 4 - Bairro SANTO AGOSTINHO - Belo Horizonte/ MG

CEP 30170008 - - www.mpmg.mp.br